

Quadro das greves no Rio Grande do Sul: 1995-97

Walter Arno Pichler*

Há 20 anos nasceu o **novo sindicalismo** no Brasil. Liderados pelos sindicatos mais atuantes, após longos anos de regime militar, em 1978 os trabalhadores saíram às ruas para protestar contra os rígidos controles estabelecidos pelo Governo sobre os sindicatos e contra a política salarial. Iniciou-se, assim, um movimento grevista de extraordinário vigor, que se estendeu até os anos 90. Ao longo desse período, o número de paralisações foi crescendo, até atingir o auge no final da década passada. A partir de então, o movimento grevista entrou em refluxo, e, com ele, diminuiu o interesse dos pesquisadores em estudá-lo.

É curioso observar que, a despeito das proporções que o movimento grevista atingiu num passado recente, pouco tem se escrito sobre o tema, e são escassas as informações disponíveis. Um dos raros levantamentos sistemáticos existentes é o que aparece mensalmente no **Boletim DIEESE**, sob a forma de uma relação das greves ocorridas no mês anterior. Os dados do Boletim discriminam informações sobre: (a) a categoria de trabalhadores em greve; (b) a base territorial do movimento — desagregado a nível de estado e município —; (c) a amplitude do movimento, ou seja, se é greve de empresa ou de categoria; (d) a duração da greve; (e) o número de grevistas; (f) a causa das greves; e (g) os encaminhamentos e/ou resultados conseguidos pelo movimento.

Os dados publicados pelo DIEESE fornecem indicativos sobre o estado das relações de trabalho no País. Além disso, como esse levantamento vem se

* Sociólogo e Economista, Técnico do Núcleo de Emprego e Relações de Trabalho da FEE. O autor agradece a colaboração das estagiárias Lisiane Corrêa Arieta e Silvane Burille pelo trabalho de alimentação do banco de dados e pelas sugestões no sentido de seu aprimoramento e, ainda, à Silvane pela ajuda prestada na confecção de tabelas e gráficos; ao Raul A. Bastos e ao Guilherme G. F. Xavier Sobrinho, colegas do NERT, pelas críticas e sugestões apresentadas; e à Lúcia dos Santos Garcia, Técnica do DIEESE, pelo seu apoio e informações prestadas.

realizando, mês a mês, desde o início dos anos 80, ele oferece uma série histórica que permite identificar tendências de evolução do movimento grevista no longo prazo.

Considerando as demandas de informação do público e a carência de dados no plano regional, decidiu-se montar, no Núcleo de Emprego e Relações de Trabalho (NERT) da FEE, um banco de dados sobre o assunto. Utilizando como fonte o levantamento do DIEESE, esse banco tem como objetivo acompanhar a evolução do movimento grevista no Rio Grande do Sul. A iniciativa da FEE é relativamente recente, e a série histórica disponível até o momento é curta. Atualmente, as informações disponíveis cobrem o período de janeiro de 1995 até outubro de 1997 (dados do último Boletim).

Este artigo tem um caráter exploratório. O seu objetivo central é traçar um quadro da evolução das greves no Rio Grande do Sul, no período de 1995 a 1997, e apontar suas principais características. A primeira parte do artigo apresenta considerações gerais sobre relações de trabalho e conflitos trabalhistas; a segunda situa o movimento grevista na perspectiva de sua evolução histórica no Brasil; e, finalmente, a terceira parte reconstitui a trajetória das greves no Estado, no referido período.

1 - Relações de trabalho e conflitos trabalhistas

As relações de trabalho têm um caráter intrinsecamente ambíguo, pois abrangem, ao mesmo tempo, cooperação e disputa de interesses entre patrões e empregados. A cooperação é essencial para a produção de bens e serviços. Os empregados colaboram com seus empregadores para efetivar a produção e para garantir a sobrevivência da firma. No entanto as relações entre patrões e empregados também envolvem antagonismos, que estão na origem das disputas de interesses (HILL, 1986, p.1-2).

A oposição entre patrões e empregados ocorre, segundo Dahrendorf, em função da disparidade de poder e de influência existente entre as duas partes. O diferencial de distribuição de poder invariavelmente se torna o fator determinante dos conflitos (DAHRENDORF apud HILL, 1986, p.11-12). A fonte estrutural do choque de interesses está na forma específica do arranjo dos papéis sociais de dominação e subordinação. Ou seja, interesses opostos são criados pela posse ou pela exclusão do poder. Pode-se concluir, portanto, que onde há estruturas hierárquicas (ou assimétricas) de poder e influência, como ocorre na maioria dos empreendimentos econômicos, ali haverá potencial de conflito social (HILL, 1986, p.12, 13).

Convém distinguir características estruturais da organização econômica de **conflitos sociais**. A competição de interesses do plano econômico não produz, inevitavelmente, conflitos entre patrões e empregados. Não é possível deduzir, diretamente, a natureza das relações sociais no trabalho da natureza dos aspectos estruturais da vida econômica, dada a existência de várias mediações entre elas (HILL, 1986, p.1-2). Embora as **diferenças** de interesses entre patrões e empregados criem um **potencial** para o conflito social, elas não geram um resultado (*outcome*) determinado. Assim, por exemplo, alguns métodos de gestão favorecem o desenvolvimento de conflitos, ao passo que outros, contrariando as forças que geram a competição, podem gerar o desenvolvimento de relações cooperativas (ou mais harmoniosas). Isso decorre da aplicação de políticas de pessoal “ilustradas”, como é o caso dos métodos “japoneses”, com os quais se atenua a intensidade do conflito social. Em resumo, evidências empíricas históricas e comparadas mostram que, na arena das relações de trabalho, efetivamente se aplicam diferentes tipos de estratégias de gestão, o que pode produzir diferentes resultados no que se refere à natureza das relações de trabalho (HILL, 1986, p.14).

Dessa forma, as relações de trabalho podem, ou não, resultar em conflito aberto. Os conflitos originam-se das relações assimétricas de poder que se estabelecem entre patrões e empregados. Uma consequência desse fato é que uma parte procura impor à outra, dependendo da correlação de forças do momento, aquelas condições de emprego que são de seu interesse ou que melhor atendem às suas necessidades. Não há consenso ou acordo entre elas no que tange a ‘condições justas’ de emprego. Através da imposição de **sanções** — ou seja, de diversos meios ou tipos de ações —, cada uma das partes procura fazer valer a sua vontade sobre a outra (FARNHAM, PIMLOTT, 1995, p.172-173).

Existe uma variedade de **sanções** usadas, tanto por patrões quanto por empregados, para constranger o comportamento do grupo oposto. De modo geral, podem ser distinguidas formas **organizadas** e formas **inorganizadas** de ação. As formas inorganizadas e individuais implementadas pelo **empregador** incluem, tipicamente, disciplina de trabalho arrochada, práticas discriminatórias contra certos empregados, demissões e aceleração do processo de trabalho. As formas **organizadas** de sanção incluem corte no volume de horas extras, suspensões em massa, interrupção de atividades da empresa (*lock-out*), dentre outras. Do lado dos **empregados**, as formas **inorganizadas** de sanção incluem pedidos de demissão, atrasos, altos índices de absenteísmo, trabalho ineficiente. Dentre as formas **organizadas** de ação, estão trabalho displicente, não-cooperação com os administradores, trabalho em marcha lenta (operação tartaruga), operação padrão (*working to the rule*), recusa à realização de horas extras e **greves** (FARNHAM, PIMLOTT, 1995, p.173-175).

Greves podem ter várias causas imediatas e ser realizadas de diferentes modos. Normalmente, trabalhadores entram em greve para reivindicar termos e condições de trabalho. Quanto à sua forma, as paralisações podem ser **legais** ou **ilegais** e podem, ou não, estar de acordo com normas previamente estabelecidas. Além disso, elas variam muito em relação à sua duração, ao número de dias parados e ao número de grevistas que mobilizam. Elas podem ocorrer em maior ou menor número, em diferentes períodos, e sua ocorrência pode se concentrar ora em certos setores econômicos, ora em outros (FARNHAM, PIMLOTT, 1995, p.175).

Na seção seguinte, faz-se um breve apanhado histórico do movimento grevista no Brasil, na década de 80 e nos anos 90.

2 - Movimento grevista no Brasil, nas últimas décadas

O movimento grevista é considerado pelos especialistas como sendo emblemático da mobilização sindical ocorrida no Brasil, nas últimas décadas. Do ponto de vista histórico, o ativismo sindical mais agressivo iniciou-se com a onda de greves de 1978 e 1979. Inicialmente, o movimento envolveu os segmentos mais modernos da economia brasileira: os trabalhadores do setor automotivo, metalúrgico e petroquímico dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Logo, no entanto, as greves se espalharam por todo o País, envolvendo um leque muito grande de categorias, inclusive as áreas rurais (ALMEIDA, 1996, p.41).

A mobilização dos trabalhadores dos anos 70 e 80 teve características muito diferentes das do movimento sindical tradicional no Brasil. Ela foi a expressão de uma nova atitude das lideranças sindicais em relação à atividade sindical. Além das reivindicações salariais imediatas, os novos líderes buscaram reorganizar as suas respectivas categorias e visavam a uma ampla reforma das relações trabalhistas no País. Por se distinguir dos tipos de mobilização anteriores, o ativismo sindical nascido naquele período foi denominado “novo sindicalismo”.

De acordo com Keck (1989), entre as principais características do novo sindicalismo encontram-se:

- um maior contato dos líderes sindicais com o chão-de-fábrica;
- a demanda, por parte das lideranças sindicais, de revisões substanciais da legislação do trabalho com vistas à criação de sindicatos autônomos em relação ao Estado; isso envolvia o reconhecimento do direito de greve e do direito às negociações coletivas com os empregadores sem a interferência do Estado;

- pela primeira vez, depois de mais de uma década, as lideranças assumiam o risco que envolvia a ação militante — fazer greve, por exemplo —, mesmo que isso as expusesse à repressão governamental (KECK, 1989, p.260).

Gradativamente, o novo sindicalismo tornou-se um movimento de massas. O principal objetivo do movimento foram a derrubada da política salarial e a luta contra o autoritarismo político e administrativo do governo militar. Os trabalhadores reivindicavam, além disso, direito a negociações coletivas sem restrições "externas". Em outras palavras, os sindicatos demandavam participação na tomada de decisões, no processo de estabelecimento dos índices de reajuste salarial, os quais, desde 1964, eram fixados, discricionariamente, pelo Governo Federal. Tais reivindicações representavam, na prática, um confronto direto com um dos fundamentos do regime militar (ALMEIDA, 1996, p.35, 41). Negociações diretas concernentes ao estabelecimento de índices de reajuste salarial eram proibidas. Como negociações coletivas não são efetivas sem direito de greve, as novas lideranças sindicais encorajavam a prática do desrespeito às normas do sistema autoritário.

Esse tipo de ativismo ficou conhecido como "estratégia do confronto". Esta se caracterizava por uma sistemática oposição dos sindicatos às políticas governamentais, com ênfase na mobilização de massas e na prática de greves. Evidências empíricas mostram que esse tipo de atuação foi bem-sucedida e contribuiu para tornar as negociações coletivas mais efetivas (ALMEIDA, 1996, p.31). A estratégia do confronto foi encabeçada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), fato que consolidou, pelo menos até a segunda metade dos anos 80, a liderança, praticamente isolada, dessa entidade no movimento sindical.

Até o final dos anos 70, uma das características marcantes do sistema brasileiro de relações de trabalho era a extremamente baixa incidência de greves. Esse fato chamava a atenção dos pesquisadores em face da existência de fatores favoráveis à emergência de conflitos trabalhistas: alta concentração de renda, declínio do valor real do salário mínimo e outros (MERICLE, 1974, p.1). No entanto, a partir de 1979, esse quadro mudou. O número de conflitos trabalhistas, e em particular o de greves, aumentou consideravelmente. Esse processo está intimamente ligado à emergência do novo sindicalismo e à estratégia do confronto.

Em 1978, as paralisações envolveram, aproximadamente, 140 mil empregados. Já no ano de 1990, no auge do movimento, o número de grevistas foi de 20,3 milhões de trabalhadores. Um outro indicador, o número de dias de trabalho perdidos com as paralisações, mede mais precisamente a dimensão das greves. Em 1978, foram registrados 1,8 milhão de dias parados, ao passo

que, em 1989 — quando o índice atingiu o seu valor máximo —, foram perdidos 246,4 milhões de dias de trabalho (NORONHA, 1994, p.333). Os dados mostram, além disso, que, em meados da década de 80, o número de greves, que vinha se mantendo relativamente estável, sofreu uma verdadeira explosão. Assim, por exemplo, em 1982 ocorreram 144 greves, enquanto, em 1983, esse número mais do que duplicou (393 greves). Em 1986, a quantidade de greves elevou-se a 1.665 e, em 1989, quando atingiram o seu auge, elas somaram 3.943 (NORONHA, 1994, p.331).

Caberia destacar o crescimento da participação dos empregados do setor público no contingente de grevistas. A partir de 1983, o número de dias de trabalho perdidos no setor público sobrepujou o do setor privado. Entretanto foi especialmente a partir de 1985 que a diferença do número de dias de trabalho perdidos entre os dois setores cresceu mais acentuadamente. A incidência de greves na área do Governo foi tão grande a ponto de se poder afirmar que a explosão do movimento grevista, especialmente após 1985, se deveu à massiva participação dos servidores do setor público. O aumento de conflitos trabalhistas nesse setor está associado à contínua deterioração das condições de trabalho nessa área de atividades (ALMEIDA, 1996, p.54-55; NORONHA, 1994, p.330-331).

De modo geral, o aumento do número de greves, na segunda metade dos anos 80, deveu-se ao insucesso dos planos de estabilização econômica do Governo da Nova República. Ao fracasso da política econômica seguiu-se um crescimento da inflação em patamares ainda mais elevados, o que, por sua vez, realimentou o movimento grevista (BAER, 1996, p.104-211; NORONHA, 1994, p.330-331).

A despeito da intensidade do movimento paredista naquela fase, os sindicatos foram incapazes de reverter o declínio do poder de compra dos salários. O efeito mais importante da ação sindical foi, no entanto, a transformação que produziu na distribuição do poder no País. O ativismo sindical ajudou a pôr um fim no regime militar e forçou o alargamento dos direitos sociais e sindicais (ABRAMO, 1991, p.124-125). As entidades representativas dos trabalhadores passaram a gozar de maior autonomia em relação ao Estado e, nas suas relações com os empregadores, aumentaram sua participação na tomada de decisões, especialmente na fixação de aspectos relacionados à remuneração.

Os primeiros sinais de declínio do movimento grevista apareceram em 1990. Entretanto foi somente a partir de 1992 que se observou uma forte retração do movimento paredista no País. Assim, por exemplo, em 1991 o número de jornadas perdidas foi de 226 milhões aproximadamente, ao passo que, em 1992, esse número declinou para 22 milhões de jornadas (NORONHA, 1994, p.332-333). Dados mais recentes, obtidos no **Anuário dos Trabalhadores**, publicado pelo DIEESE, confirmam que essa tendência se manteve até 1995. A despeito de uma elevação dos níveis de conflito em 1993, quando a média mensal de

trabalhadores/hora parados atingiu, aproximadamente, 46 milhões, em 1994 e 1995 essa média voltou a cair aos patamares de 1992 (Anu. Trab-s DIEESE 1996-97, p.147-148).

O refluxo do movimento grevista está associado a uma série de fatores. Inicialmente, poder-se-ia apontar a recessão econômica do início da década, que trouxe consigo o aumento das taxas de desemprego. Posteriormente, e com a crescente abertura econômica do País, somam-se outros, notadamente as mudanças organizacionais e tecnológicas que fazem parte do processo mais amplo de reestruturação produtiva. O aprofundamento desse processo acentuou ainda mais seu efeito negativo sobre o nível de emprego. Além disso, a estabilização econômica, com a queda das taxas de inflação, se não eliminou, pelo menos temporariamente afastou (ou minimizou) um dos maiores focos de inquietação da classe trabalhadora no passado. O conjunto desses fatores criou um ambiente que age no sentido de desencorajar a ação grevista.

A seção seguinte apresenta um quadro do movimento grevista no Rio Grande do Sul entre 1995 e 1997. Nessa conjuntura, pode-se observar o impacto dos fatores acima apontados sobre o estado das relações trabalhistas.

3 - Evolução das greves no Rio Grande do Sul

A inexistência de uma série histórica longa de dados sobre greves para o Rio Grande do Sul não permite traçar um quadro de evolução do movimento no Estado, no longo prazo. As informações disponíveis servem, no entanto, para identificar algumas características da atividade grevista no Estado, no período de janeiro de 1995 a outubro de 1997. Os dados apresentados a seguir ilustram alguns aspectos, tais como: o número de greves, o número de dias parados, a base territorial das paralisações, os setores de atividade e ocupações mais afetadas. Além disso, foram identificadas as causas mais frequentes dos conflitos trabalhistas na região.

Uma constatação de caráter mais geral, e com base em dados para 1995 — o último dado agregado disponível —, é que foi muito baixa a incidência de greves no Rio Grande do Sul. Naquele ano, registraram-se 1.126 paralisações no País, enquanto, nesse estado, foram apenas 13. Esse número representa, aproximadamente, 1% do total. Ainda não estão disponíveis os dados que permitem comparar a evolução desses movimentos no Estado e no País.

No Rio Grande do Sul, ocorreram 37 greves entre 1995 e 1997, a maior parte delas concentradas no primeiro e no último ano. A Tabela 1 mostra que, no ano de 1995, houve 13 paralisações, ao passo que, em 1996, verificou-se uma redução de cerca de 40% desse total — oito greves. Já em 1997 — mesmo

contando com um balanço parcial do ano — observou-se um aumento 100% no número de paralisações em relação ao ano anterior.

A despeito do crescimento do **número** de greves do início para o final do período, a média de dias parados vem declinando. No ano de 1995, as greves duravam, em torno de 8,2 dias, enquanto, em 1997, essa média se reduziu à metade — 4,0 dias (Tabela 1 e Gráfico 1). Uma análise mais detalhada dos dados mostra que, em alguns casos, as greves duraram menos do que um dia inteiro. Conforme os registros do DIEESE, uma das paralisações durou sete horas e uma outra duas horas apenas.

Tabela 1

Número de greves e de dias parados por greve no Rio Grande do Sul — 1995/97

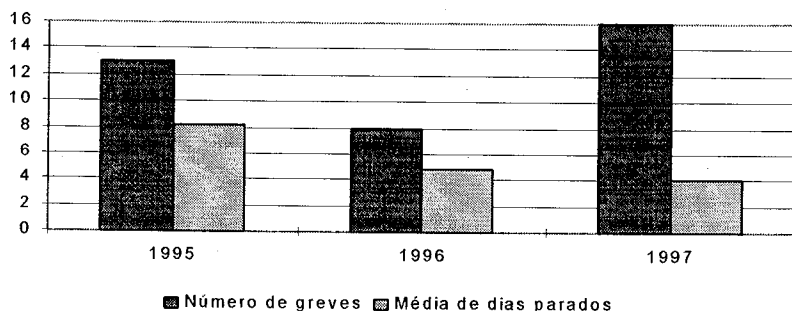
ANOS	NÚMERO DE GREVES	MÉDIA DE DIAS PARADOS
1995	13	8,2
1996	8	4,8
1997 (1)	16	4,0
TOTAL	37	5,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo.

(1) Dados para o período de janeiro a outubro.

Gráfico 1

Número de greves e média de dias parados no RS



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo.

NOTA: Dados para o período de janeiro a outubro de 1997.

Um outro aspecto analisado foi o **âmbito** das greves, ou seja, a sua abrangência. A pesquisa identificou dois tipos de âmbito, o de **empresa** — seja ela local, seja estadual ou nacional — e o de **categoria**. Este último tipo inclui todos aqueles movimentos em que empregados de uma categoria profissional, em uma dada circunscrição geográfica, param de trabalhar. O primeiro tipo compreende aquelas greves em que os empregados de uma empresa paralisam suas atividades.

Os dados indicam que cerca de 68% das paralisações ocorridas no Estado entre janeiro de 1995 e outubro de 1997 afetaram empresas individuais. O restante foram greves de categoria, perfazendo um total de 32%, aproximadamente (Tabela 2). Considerando o período ano a ano, os dados revelam que somente em 1996, um ano de baixa incidência de paralisações, o número de greves de categoria superou o de empresa. Há que se destacar, no entanto, que a quantidade de greves de empresa apresentou um acréscimo entre 1995 e 1997. No primeiro ano, elas representaram 69% do total, enquanto no último, cerca de 81,3% do total.

Tabela 2

Número de greves, segundo o âmbito, no Rio Grande do Sul — 1995/97

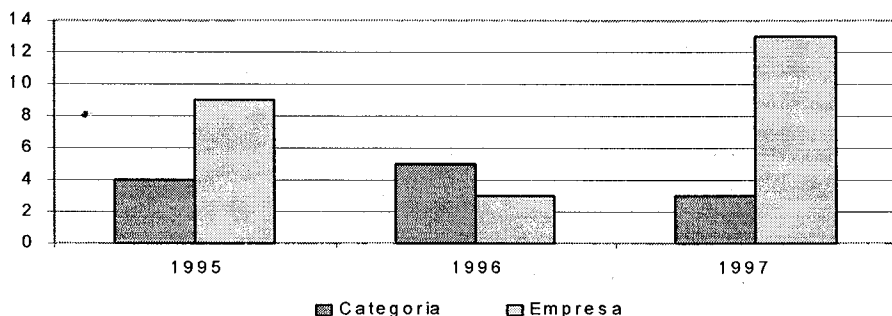
ÂMBITO DAS GREVES	1995	1996	1997 (1)	TOTAL
Categoria	4	5	3	12
Empresa	9	3	13	25
TOTAL	13	8	16	37

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo.

(1) Dados para o período de janeiro a outubro.

Gráfico 2

Número de greves, segundo seu âmbito, no RS — 1995/97



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo.

NOTA: Dados para o período de janeiro a outubro de 1997.

A análise da incidência de greves por **setor de atividade** econômica mostrou, em primeiro lugar, que não foram registradas paralisações na indústria de transformação do Estado. Todas as greves ocorreram em atividades do Setor Terciário da economia. Em segundo lugar, o maior número de movimentos paretistas se registrou nas áreas de **transportes e comunicações** — cerca de 37,8% do total. Dentro desse segmento, foram os trabalhadores em ocupações relacionadas com transportes os principais responsáveis pelas greves (Tabela 3).

Tabela 3

Número de greves, por setor de atividade, no Rio Grande do Sul — 1995/97

SETORES DE ATIVIDADES	1995	1996	1997 (1)	TOTAL
Transporte e comunicações	6	4	4	14
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	0	2	6	8
Administração pública direta e autárquica	3	2	2	7
Ensino	1	0	4	5
Serviços industriais de utilidade pública	1	0	0	1
Serviços de alojamento, alimentação, manutenção, etc	1	0	0	1
Outros	1	0	0	1
TOTAL	13	8	16	37

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo.

(1) Dados para o período de janeiro a outubro.

Serviços médicos, odontológicos e veterinários foi o segundo ramo de atividade mais afetado com as greves, cerca de 21,6% do total. Digno de registro são ainda as paralisações que ocorreram nas áreas da **administração pública direta e autárquica** (18,9%) e do **ensino** (13,5%). No setor da **administração pública**, foram contabilizadas as dos agentes da administração pública — funcionários públicos municipais, servidores estaduais da Justiça —, dos trabalhadores em serviços de proteção e segurança — policiais civis e policiais militares — e as de membros do Poder Legislativo. Na área do **ensino**, as greves foram desencadeadas exclusivamente por **professores** da rede de ensino público. No **serviço público** como um todo, foram registradas 14 greves, o que representa 38% do total de paralisações no período em estudo.

Um último aspecto analisado foram os tipos de **causas** (ou de reivindicações) que desencadearam os movimentos grevistas no Estado. Os registros do DIEESE mostram, em primeiro lugar, que, em vários casos, as paralisações foram provocadas por mais de um motivo.

O tipo de causa mais freqüente foi o **reajuste salarial** — que apareceu em 45,5% dos casos. O **atraso no pagamento de salários** foi outro motivo que esteve na agenda de 22,7% dos movimentos paredistas. Além disso, **reivindicações sociais** podem ser arroladas como outro motivo importante para a eclosão de greves (11,4% do total). Este último item inclui reivindicação de transporte noturno para os trabalhadores, creche, tíquetes de alimentação, assistência médica e cesta básica (Tabela 4 e Gráfico 3). Além dos motivos acima citados, as reivindicações dos grevistas diziam respeito, em menor número, a outros aspectos, tais como: pagamento de adicionais, exigência de cumprimento de acordo e falta de segurança nos locais de trabalho.

Reajuste salarial é um tipo de causa com incidência forte todos os anos. Em 1995, representou aproximadamente 50% dos casos; em 1996, 60%; e, no último ano, cerca de 37%. Pagamento de salários atrasados, no entanto, apareceu com maior intensidade em 1997 — em torno de 37% das greves.

Resumindo, pode-se afirmar que, no período analisado, as greves se concentraram no setor serviços, predominantemente no âmbito de empresas individuais. Não há registro de paralisações na indústria de transformação do Estado. Poderia destacar-se ainda o setor público, o qual se salientou como sendo o *locus* de quase 40% dos movimentos paredistas.

Tabela 4

Número de greves, por tipo de causa, no Rio Grande do Sul — 1995/97

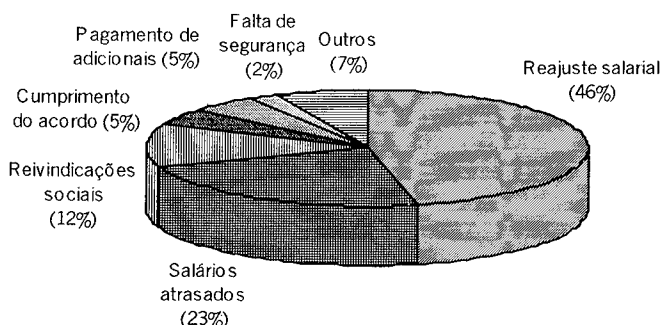
TIPOS DE CAUSA	1995	1996	1997 (1)	TOTAL
Reajuste salarial	7	6	7	20
Salários atrasados	1	2	7	10
Reivindicações sociais	2	2	1	5
Cumprimento do acordo	1	0	1	2
Pagamento de adicionais	0	0	2	2
Falta de segurança	0	0	1	1
Outros	3	0	0	3
Não registrou causa	1	0	0	1
TOTAL	15	10	19	44

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo.

(1) Dados para o período de janeiro a outubro.

Gráfico 3

Participação percentual das greves, segundo o tipo de causa, no total do RS — 1995/97



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo.

NOTA: Dados para o período de janeiro a outubro de 1997.

No tocante a outras características dos movimentos parestistas, apontar-se-ia, primeiramente, o encurtamento da duração das greves ao longo do período analisado. Em segundo lugar, observou-se que as greves foram desencadeadas predominantemente por motivos salariais. Reivindicações de outra natureza, como, por exemplo, impedir demissões, não foram registradas nesse período.

4 - Conclusão

O trabalho de sistematização das informações referentes ao movimento grevista no Rio Grande do Sul é uma iniciativa relativamente recente. Dessa forma, ainda não está disponível um volume de informações que permita realizar estudos mais aprofundados sobre o assunto.

No entanto, a despeito de algumas limitações da fonte primária e do curto período abrangido, pôde-se chegar a algumas conclusões interessantes. Primeiramente, o número de greves no Estado foi baixo no período em análise. Em segundo lugar, não há registros de movimentos parestistas na indústria de transformação do Estado. Todas as paralisações se concentraram no setor serviços, sendo que é relevante a participação das greves no setor público. Uma

terceira constatação é que as greves tenderam a durar cada vez menos tempo, bem como a se concentrar mais no âmbito de empresas. As grandes greves de categoria, e que mobilizaram maior número de empregados, foram, predominantemente, as do setor público.

Uma última observação diz respeito à frequência de greves na região. Os dados indicam que houve um aumento do número de casos do início ao final do período. Não se pode, no entanto, afirmar, com base nesses números, que há uma tendência ao aumento do número de greves.

O momento atual, ao contrário do que acontecia nos anos 80 é muito desfavorável à ação sindical. Isso não acontece apenas no Brasil, mas verifica-se em todo o mundo industrializado. O desemprego é um dos fatores que desencoraja a atividade grevista. Ao que tudo indica, essa situação do mercado de trabalho tende a persistir ainda por mais tempo, em face da perspectiva de um crescimento econômico limitado num futuro próximo. A esse quadro se somam outros fatores que contribuem para o refluxo do movimento. No Brasil, podem se destacar as mudanças organizacionais e tecnológicas, bem como a queda da taxa da inflação. Essa conjuntura faz com que os empregados fiquem numa posição especialmente desvantajosa para aplicar sanções sobre os empregadores, o que se manifesta num rebaixamento do número de conflitos abertos no mundo do trabalho.

Apêndice

Tabela 1

Número de dias parados por greve no Rio Grande do Sul — 1995/97

DIAS PARADOS	1995	1996	1997 (1)	TOTAL
0	1	0	2	3
1	6	4	5	15
2	2	0	2	4
3	0	0	1	1
4	0	1	3	4
5	1	0	0	1
8	0	1	1	2
10	0	1	0	1
12	0	1	1	2
18	0	0	1	1
23	2	0	0	2
45	1	0	0	1
TOTAL	13	8	16	37

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo.

(1) Dados para o período de janeiro a outubro de 1997.

Tabela 2

Registro do número de dias parados e do âmbito
das greves no RS — 1995/97

MESES	DIAS PARADOS	ÂMBITO (1)
Nov./95	1	2
Mar./95	1	1
Mar./95	23	2
Abr./95	1	2
Mar./95	1	1
Maio/95	1	2
Jun./95	2	1
Jun./95	2	2
Maio/95	23	2
Jun./95	5	1
Jul./95	45	2
Nov./95	0	2
Nov./95	1	2
Jun./96	1	1
Jun./96	4	1
Jun./96	1	2
Ago./96	1	1
Out./96	8	1
Dez./96	12	2
Maio/96	1	1
Fev./96	10	2
Jan./97	1	2
Mar./97	4	2
Mar./97	4	2
Abr./97	1	2
Abr./97	1	2
Maio/97	0	2
Maio/97	0	2
Jun./97	4	2
Jun./97	1	2
Jun./97	2	2
Jul./97	8	1
Jul./97	2	1
Jun./97	12	2
Jun./97	18	2
Ago./97	3	1
Ago./97	1	2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo.

NOTA: Os dados de 1997 são para os meses de janeiro a outubro.

(1) Código 1 - greve de categoria; código 2 - greve de empresa.

Bibliografia

- ABRAMO, Lais W. (1991). Movimiento sindical, transicion y consolidacion democratica en Brasil. In: CAMPERO, Guillermo; CUEVAS, Alberto. **Sindicatos y transicion democratica**. Santiago do Chile : Planeta.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (1996). **Crise econômica e interesses organizados**. São Paulo : EDUSP.
- ANUÁRIO DOS TRABALHADORES DIEESE 1996-1997. São Paulo.
- BAER, Werner (1996). **A Economia Brasileira**. São Paulo : Nobel.
- BOLETIM DIEESE (1995-1997). São Paulo, fev./nov.
- FARNHAM, David; PIMLOTT, John (1995). **Understanding industrial relations**. Londres : Cassel.
- HILL, Stephen (1986). **Competition and control at work**. Aldershot : Gower.
- KECK, Margaret E. (1989). The new unionism in the brazilian transition. In: STEPAN, Alfred. **Democratizing Brazil**: problems of transition and consolidation. Oxford : Oxford University.
- MERICLE, Kenneth Scott (1974). **Conflict regulation in the brazilian industrial relations system**. Wisconsin. (Tese de doutoramento).
- NORONHA, Eduardo Garuti (1994). Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos A. de et al. orgs. **O Mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo : Scritta.